



Abate do pombo-trocaz prolonga-se até Maio

ÉLVIO PASSOS
epassos@dnoticias.pt

O abate aos pombos-trocazes vai decorrer até ao dia 9 Maio e não até ao final de Março, como afirmado pelo Governo Regional no início do mês passado. O que aconteceu até ao dia 28 de Março foi a primeira fase daquilo a que o executivo regional chama de "correção" do número de efectivos.

Nessa fase, os abates decorreram em 16 freguesias e incluíram 377 caçadores. As freguesias foram Camacha, Caniço, Gaula, Santo António da Serra (Santa Cruz), Santa Cruz, Água de Pena, Machico, Santo António da Serra (Machico), Caniçal, Porto da Cruz, São Roque do Faial, Faial, Santana, Ilha, São Jorge e Arco de São Jorge.

A fase seguinte começou no dia 13 de Março e decorreu até este domingo, envolvendo 127 caçadores. Estão em causa dez freguesias, da costa Norte e Sul. São Vicente, Ponta Delgada, Boaventura, Porto Moniz, Seixal, Ribeira da Janela, Achadas da Cruz, Ponta do Sol, Canhas e Madalena do Mar foram as freguesias abrangidas na segunda fase.

O terceiro momento, que começou a 10 de Abril, prolonga-se até ao dia 9 de Maio e abrange outras 20 freguesias, a saber: Calheta, Arco da Calheta, Estreito da Calheta, Prazeres, Fajã da Ovelha, Ponta do Pargo, Ribeira Brava, Serra de Água, Tabua, Campanário, Câmara de Lobos, Estreito de Câmara de Lobos, Jardim da Serra, Quinta Grande, Curral das Freiras, São Gonçalo, Santa Maria Maior, Monte, São Roque e Santo António.

No global, sabe-se que a acção de "correção" decorreu e decorre em de 46 freguesias, de um total de 52 que existem na Região Autónoma da Madeira.

Neste momento, o Instituto das Florestas e Conservação da Natureza (IFCN) não sabe quantos pombos já foram mortos. "Ainda estamos a apurar valores."

O que o IFCN sabe é que os últimos censos realizados, em data não especificada (no site, actualizado no dia 8 deste mês, foi colocado um de 2020), aponta para um efectivo de pombos-trocazes entre os 12 mil e mais do dobro, 15 mil. Questionado sobre o número de pombos subsistentes, o IFCN respondeu que "estas decisões são baseadas em sólida in-



Medidas complementares continuam e têm apoios comunitários. FOTO ARQUIVO

formação técnico-científica envolvendo instituições estrangeiras, sendo que neste momento é possível garantir que a população no seu habitat natural está estável desde as últimas duas décadas, sendo que os últimos censos mantêm a estimativa da população na Floresta Laurissilva, habitat natural e preferencial, entre 12 mil a 15 mil indivíduos. A população de pombo-trocaz não foi afectada na sua área de distribuição natural e os dados dos censos efec-

"COM ESTA ACCÇÃO, RESOLVE-SE ESSA QUESTÃO", ACREDITA O IFCN REFERINDO-SE À "CORRECCÃO"

tuados desde 1986 mostram que este tipo de medida não conduz a qualquer degradação do estado de conservação da espécie".

Mas, no site do IFCN, estavam, até ao dia 8 deste mês, outros números. "Em 1995, 1999, 2003, 2004, 2006, 2009, 2012, 2013, 2014 e 2015 novos censos da população foram desenvolvidos, repetindo a mesma metodologia, tendo sido verificado, desde 2009, uma estabilização da população em valores entre 10.000 e 12.000 indivi-

duos. A realização destes censos permitiu concluir que o efectivo populacional do pombo-trocaz *Columba trocaz* se encontra estável, com flutuações perfeitamente expectáveis para populações selvagens em equilíbrio com o seu meio ambiente."

O IFCN da Madeira enuncia, de entre as entidades nacionais e internacionais envolvidas no processo, a gestão nacional da rede natura 2000, "ponto focal para a articulação com as instâncias comunitárias, tem sido formalmente informada". Entidades desde cedo envolvidas, na sequência deste "tipo de medida excepcional foi implementada, pela primeira vez no fim dos anos 90".

A Região, através do IFCN, reafirma que o objectivo "foi e é minimizar os estragos causados por esta espécie nos terrenos agricultados." Acrescenta o instituto estar convicto de que, "com esta acção, se resolve essa questão, até porque o Governo Regional e o IFCN continuarão a apostar em todos os métodos de afugentamento e preventivos (fitas halogénicas, bombonas e redes) junto dos agricultores e terrenos agricultados".

Questionado se pondera substituir a caça ao pombo-trocaz por indemnizações aos agricultores, o IFCN começa por reafirmar não ter sido autorizada a caça, por a espécie não ser cinegética. "O estatuto do pombo trocaz mantém-se. Quando a apoios, actualmente, estes existem no PRODERAM para compra de métodos de afugentamento. A indemnização não implica que nada se faça para resolver a questão dos danos provocados na agricultura."

IFCN FAZ BALANÇO POSITIVO

■ A acção ainda está a decorrer - terceira fase, mas, até este momento, o IFCN Madeira faz um balanço positivo. "A acção visou reduzir o número de pombos nos locais agricultados. A correção envolveu os caçadores habilitados das respectivas zonas. Esta correção não é fácil, dado as características da espécie, e os locais onde se encontram junto de terrenos agricultados. Contudo tem decorrido sem qualquer incidente nem acidentes o que é o principal, e o que revela que em primeira instância os caçadores tem tido presente a segurança nesta acção de correção."



O controlo dos abates é feito, garante o IFCN, em dupla via. Pelo reporte, que os agricultores fazem e pela Polícia Florestal, directamente no terreno. "Cada caçador ficou obrigado a relatar os dados ao IFCN, não apenas o número de pombos como também o número de dias que realizou a acção. Todo o processo no terreno foi e é fiscalizado pela Polícia Florestal e demais entidades policiais com competência na matéria."

Como noticiado, pelo DIÁRIO, no dia 11 de Março, neste ano e pela primeira vez, o Governo Regional optou pelo recurso aos caçadores

para o abate dos pombos-trocazes considerados em excesso e prejudiciais às actividades agrícolas. Algo tornado possível através de um artigo do Orçamento da Região para o ano em curso.

O pombo-trocaz é uma espécie protegida por lei e, como lembra o IFCN no seu site oficial, está "listada no Anexo I da Directiva Aves e no Anexo III da Convenção de Berna. 80 a 100% da sua área preferencial de ocorrência está classificada como ZPE e ZEC, integrando a Rede Natura 2000 e o Parque Natural da Madeira".

